

DOS CANTOS AO ROMANCE HISTÓRICO: A TRAJETÓRIA DE LUIZA MAHIN NA CIDADE DO SALVADOR*

Aline Najara da Silva Gonçalves

Mestranda em Estudos de Linguagens pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

E-mail: alinasigo@yahoo.com.br

Palavras-chave: Luiza Mahin. Malês. Um defeito de cor. História. Literatura.

Luiza Mahin, “uma negra, africana livre, da Costa da Mina”, mãe do poeta Luiz Gama, é idealizada por seguimentos da sociedade brasileira associados aos movimentos negros e à valorização da história e cultura afro-brasileiras e representada pela memória histórica de uma quitandeira que foi escrava de ganho e que sempre resistiu ao cativo. Uma mulher insubordinada, que se tornou símbolo de luta e resistência negra, configurando um mito para a população afro-descendente.

Sem documentos ou quaisquer registros materiais que atestem sua existência, Luiza Mahin entrou para a História pela escrita do filho, o poeta e “precursor do abolicionismo no Brasil”, Luiz Gama, que revelou o nome da mãe em uma carta autobiográfica enviada ao amigo Lúcio de Mendonça em 1880, antes disso, dedicou-lhe os versos do poema *Minha Mãe*.

Ponto de partida para o conhecimento acerca de Luiza Mahin, a trajetória de vida de Luiz Gama fornece elementos que assemelham situações vividas pelo poeta a possíveis experiências vivenciadas pela mãe. Desse modo, parece que em determinados momentos as vidas de ambos encontram-se entrelaçadas pelas dificuldades enfrentadas e, conseqüentemente, pela superação dos obstáculos, o que caracteriza o perfil destemido atribuído à personalidade dos dois. Ele, um “homem de *indesalterável* gana de justiça (...), um indivíduo ímpar que ascendera perante a sociedade paulista por meio de seus esforços pessoais” (AZEVEDO, 1999, p. 23). Ela, uma revolucionária atuante na década de 1830, impaciente, irrequieta e incapaz de conformar-se com situações de injustiça (MENNUCCI, 1938, p. 56).

Vendido pelo pai como escravo — apesar de ter nascido livre — quando ainda era uma criança, afastado da mãe e rejeitado por possíveis compradores devido à origem baiana,

* Este material é parte da dissertação *Luiza Mahin entre ficção e história*, vinculada ao Mestrado em Estudos de Linguagens da Universidade do Estado da Bahia sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Santos Silva.

Luiz Gama também é lembrado como um vencedor, não apenas por ter se livrado do cativo, bem como pelo respeito adquirido por ele numa sociedade que discriminava e claramente diferenciava brancos e negros.¹ A carta escrita por Luiz Gama parece ser o primeiro e único registro com valor documental em que o nome Luiza Mahin aparece. Assim, as menções posteriores foram, certamente, fundamentadas na escrita do poeta. Depois de seguidas décadas sem ver a mãe, ele a descreveu com o olhar de um filho saudoso, como se buscasse na memória da infância as lembranças perdidas. Diz Gama na referida carta:

São Paulo, 25 de julho de 1880.

Meu caro Lúcio,

Recebi o teu cartão com a data de 28 do pretérito.

Não me posso negar ao teu pedido [...] aí tens os apontamentos que me pedes, e que eu os trouxe de memória.

Nasci na cidade de São Salvador, capital da província da Bahia, em um sobrado da rua do Bângala, formando ângulo interno, em a quebrada, lado direito de quem parte do adro da Palma, na Freguesia de Sant'Ana, a 21 de junho de 1830, pelas 7 horas da manhã, e fui batizado, 8 anos depois, na igreja matriz do Sacramento, da cidade de Itaparica.

Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa da Mina (Nagô de Nação) de nome Luiza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã.

Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito altiva, geniosa, insofrida e vingativa.

Dava-se ao comércio — era quitandeira, muito laboriosa, e mais de uma vez, na Bahia, *foi presa como suspeita de envolver-se em planos de insurreições de escravos, que não tiveram efeito* (Grifo nosso).

Era dotada de atividade. Em 1837, depois da Revolução do dr. Sabino, na Bahia, veio ela ao Rio de Janeiro, e nunca mais voltou. Procurei-a em 1847, e 1856, em 1861, na Corte, sem que a pudesse encontrar. Em 1862, soube, por uns pretos minas, que conheciam-na e que deram-me sinais certos que ela, acompanhada com malungos desordeiros, em uma “casa de dar fortuna”, em 1838, fora posta em prisão; e que tanto ela quanto seus companheiros desapareceram. Era opinião dos meus informantes que estes “amotinados” fossem mandados para fora pelo governo, que, nesse tempo, tratava rigorosamente os africanos livres, tidos como provocadores.

Nada mais pude alcançar a respeito dela.²

A descrição realizada por Luiz Gama no trecho acima é um dos elementos geradores das interpretações diversas acerca de Luiza Mahin. Massaud Moisés, em *A análise literária*,

¹ Elciene Azevedo descreve a cerimônia de sepultamento de Gama destacando a aglomeração popular, a solicitação de fechamento do comércio local, a fim de garantir aos lojistas a possibilidade de prestar a última homenagem ao morto, o hasteamento de bandeiras oficiais a meio pau e a presença de magistrados, acadêmicos, jornalistas “e até mesmo o vice-presidente da província em exercício, o conde de Três Rios” (AZEVEDO, 1999, p. 20) dentre cerca de três mil pessoas que acompanharam o cortejo a pé entre as 16 e 19 horas daquele dia.

² Cf. a carta na íntegra em MORAES, Marcos Antônio (Org.). *Antologia da carta no Brasil: me escreva tão logo possa*. São Paulo: Moderna, 2005. p. 67-75.

afirmou que “o desmembramento de um texto põe a descoberto problemas e dúvidas que ele próprio nem sempre consegue resolver” (1984, p. 17). Embora se reconheça a impossibilidade de esgotar todas as possibilidades interpretativas deste documento, um fator merece ser destacado neste momento.

Este foi um relato escrito sob encomenda e destinado à publicidade, conforme salienta Mennucci. Compreendendo uma autobiografia como uma forma de arquivamento do eu, Phillipe Artières destacou que no processo de escrita de uma autobiografia, “fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens” (ARTIÈRES, 1998, p. 11; 10), de forma que o resultado é uma imagem construída “para nós mesmos e às vezes para os outros”. Desse modo, é viável considerar que uma carta autobiográfica, qualquer que seja ela, é um texto embebido de simbolismo e intencionalidade.

A revelação da identidade materna em contraste com a ocultação do nome do pai expõe, a princípio, uma possível necessidade de Gama de superar um momento obscuro da sua trajetória, caracterizado pela perda e pelo abandono, respectivamente.

Luiz Gama inicia a carta em que conta a sua vida demarcando espacialmente o palco da sua existência: a rua do Bângala, na cidade do São Salvador, província da Bahia.³ Instituído o espaço geográfico, Gama revela o que poderia ser uma contradição: fora batizado no catolicismo aos 8 anos de idade apesar de afirmar-se filho de uma negra pagã, “que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã” (MORAES, 2005, p. 68) de nome Luiza Mahin. A leitura atenta da carta revela que o episódio do batismo acontece após o sumiço da mãe, portanto, sem o seu consentimento.

Ao iniciar seu relato ressaltando um rito batismal e nomeando a sua genitora, Luiz Gama talvez pretendesse (re) definir sua origem através desta nomeação.⁴ Pierre Bourdieu destacou que o nome próprio é o atestado visível da identidade do seu portador e é através dele que

institui-se uma identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como agente, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis. É o nome próprio (...) que assegura a constância através do tempo e a unidade através dos espaços sociais (BOURDIEU, 1996, p. 186).

³ Segundo Sud Mennucci, “bângala” é um termo angolano que significa “inflexível”, predicativo este intimamente relacionado com a personalidade do poeta (MENNУCCI, 1938, p. 27).

⁴ Sud Mennucci afirmou que “não há nenhuma criança de oito anos, com o nome de Luiz ou de Luiz Gonzaga, entre os registros, como pude verificar pela relação que me enviou a educadora baiana, D. Anfrísia Santiago” (Cf. MENNUCCI, 1938, p. 36).

Dessa forma, ao nomeá-la, Gama materializou sua existência concedendo-lhe uma designação e demarcando o ponto de partida de sua trajetória.

Apesar da desconfiança ainda presente na historiografia. Luiza Mahin é uma personagem que circula entre a ficção e a História e rompe fronteiras epistemológicas, fazendo-se presente nos dois campos do saber e, mais que isso, assumindo perfis variados em representações que, por vezes, se contradizem. Isso é confirmado ao se analisar as abordagens referentes a esta personagem nos romances históricos *Malês, a insurreição das senzalas* (CALMON, 1933) e *Um defeito de Cor* (GONÇALVES, 2006).

O romance histórico é uma narrativa que depende da história para existir. Foi desse modo que Regina Zilberman (2003) definiu este gênero literário. Na medida em que ficção e história se fundem numa só narrativa, é viável concordar com a afirmativa. Sandra Pesavento (2008) destacou que um texto literário que fale do seu tempo permite ao historiador resgatar sensibilidades e razões de uma época traduzida em sua narrativa. Por outro lado, quando trata de algo passado — como ocorre nos romances históricos — o que o historiador busca é compreender a concepção de passado formulada no tempo da escrita. Desse modo, segundo as formulações desta autora, um romance histórico não se obriga à transmissão de verdades imutáveis ou discursos de realidade e o historiador que se serve deste tipo de literatura o faz com o propósito de cruzar narrativas percebendo as aproximações e distanciamentos possíveis (PESAVENTO, 2008, p. 83-84).

Para o historiador, o romance histórico converte-se, então, no espelho de uma época, exprimindo os valores e as concepções de mundo do romancista, soberano na criação. Transitando entre textos ficcionais e históricos, Calmon se decidiu pela historiografia e *Malês* foi seu último trabalho ficcional. Definindo a obra como um texto “nitidamente histórico”, Pedro Calmon apresentou uma versão da rebelião que, segundo ele, dentre todas que assolaram a Bahia a partir de 1807, foi a única que teve um caráter de insurreição geral, destinada a acabar com as estruturas de poder político e religioso vigentes (CALMON, 2002, p. 132).

O texto desenha o conflito entre dois grupos: De um lado, os membros da elite – apavorados com as ameaças de acontecer uma revolução de pretos - e, do outro, os africanos escravizados, ladinos e negros livres – tratados como um perigo permanente e considerados “naturalmente” cruéis e “fanáticos”, adoradores de divindades diabólicas e liderados por uma negra “sem reputação” e “sem estado”, chamada Luiza Mahin – ou Luiza Princesa, como era conhecida devido à suposta descendência nobre.

Pedro Calmon revelou a localização territorial dos malês no terceiro capítulo: o bairro da Saúde, “uma pequena cidade negra” nas palavras do narrador (CALMON, 2002, p. 29). Um local sujo e inóspito, onde nem mesmo as autoridades locais teriam acesso. A descrição do espaço geográfico de atuação dos malês dá sinais do desconforto do narrador perante a presença africana:

Predominava o amarelo nas suas cores sujas, em contraste com as barras pisadas, tão lustrosas e negras como os moradores da rua dos libertos. (...) As autoridades fingiam ignorá-la; ninguém que se prezasse lá se meteria, com os pretos forros, e apenas de raro em raro, a furto, deslizando como uma sombra entre as fachadas, o vigário da Saúde se atrevia a ir levar o sacramento a algum doente que morria (CALMON, 2002, p. 30).

Em *Um defeito de Cor* (2006), a imagem que se vê é bastante diferente. Trata-se de um livro de 952 páginas onde a narradora-fictícia é também a protagonista da história. Na verdade, a narrativa assume o perfil de um livro de memórias que relata a vida de Luisa Andrade da Silva, uma senhora cega, de oitenta e nove anos, que dita suas memórias a uma companheira de viagem durante a travessia de Lagos a São Salvador, no ano de 1899, com a intenção de que tal escrito possa ser lido pelo filho, vendido pelo pai ainda criança.

Ao longo da narrativa a narradora-fictícia se apresenta com três denominações: Kehinde, Luisa Gama e Luisa Andrade da Silva, como se os nomes marcassem os distintos momentos vividos por ela na trama: livre, com um nome africano que remetia à sua origem; escrava e liberta vivendo no Brasil, com a denominação dada pelo branco e o sobrenome do seu proprietário; e regressa ao continente africano, com nome e sobrenomes adotados em homenagem às lembranças brasileiras.

A respeito da denominação atribuída a um personagem, Ian Watt considera que na ficção “os nomes próprios têm exatamente a mesma função [que] na vida social: são a expressão verbal da identidade particular de cada indivíduo” (WATT, 1990, p. 19). Logo, a mudança recorrente no nome da protagonista desta narrativa marca momentos de reformulação e reordenação de valores e concepções de mundo atribuídas a ela, ressaltando a intenção da autora de criá-la como uma entidade inteiramente individualizada.

O longo relato se inicia em 1817. Luisa Andrade da Silva rememora a infância em terras africanas, quando foi seqüestrada e comercializada juntamente com a irmã-gêmea e a avó, após ver sua família ser assassinada, tendo como destino a escravidão em terras brasileiras, onde se tornou adulta e assumiu uma postura de luta contra o escravismo e demais

injustiças decorrentes daquele sistema, transitando entre Salvador, Maranhão e Rio de Janeiro até o seu retorno ao continente africano.

Assim como a Luiza Princesa de Calmon não se assemelha à Kehinde de Ana Maria Gonçalves, a representação do cenário das duas personagens é divergente. Enquanto a sujeira predomina no romance de Calmon, Kehinde se depara com uma cidade “que magicamente começava a se mostrar” (GONÇALVES, 2006, p. 65). Disse a narradora-fictícia:

Do barco já era possível vê-la quase inteira, fazendo uma suave curva para abraçar o mar, como um colar de contas em volta do pescoço. (...) O que mais me impressionou foram as mulheres vendedoras de peixe fresco ou frito, quitutes e refresco. Eu nunca tinha visto roupas tão lindas. (...) me lembro de ter passado por uma rua estreita e malcheirosa, de onde víamos o interior das casas, de um lado e do outro, algumas transformadas em comércio e outras mantidas como moradia (GONÇALVES, 2006, p. 66-67).

Kehinde circulou em vários espaços numa cidade se revelou para ela como uma extensão do continente africano. Em Salvador, foi escrava doméstica alugada aos ingleses e trabalhou como ganhadeira, até tornar-se sócia numa padaria. O que se vê é uma cidade que permitiu à protagonista usar da esperteza e da sagacidade para driblar as barreiras que eram impostas devido à sua condição de cativa.

Segundo Evelina Hoisel (2006) compreender o contexto sócio-político e ideológico que permeia a escrita de uma obra, bem como as implicações deste sobre quem escreve tal narrativa é determinante para entender a complexidade que envolve a relação escritor / escritura. Hoisel considera que toda narrativa literária é, em si, escrita biográfica, uma vez que o autor se inscreve e se representa no texto que elabora. A observação do perfil político-social dos autores dos romances históricos aqui expostos valida esse pressuposto em virtude das divergências quanto à caracterização da personagem e do seu espaço de atuação.

Leitor de Oliveira Vianna, Paulo Prado, Nina Rodrigues, Roquete Pinto e Luiz Vianna Filho que, segundo Antônio Cândido, estavam entre os escritores preferidos pelos jovens de direita nos anos 1930 e privilegiavam uma visão hierárquica e autoritária da sociedade, Pedro Calmon expôs na escrita literária expressões com tons marcadamente preconceituosos que foram confirmados por sua historiografia. Referências à selvageria, imoralidade e promiscuidade primitiva das senzalas são recorrentes tanto em sua literatura quanto no segundo volume da *História Social do Brasil*.⁵

⁵ Cf. CALMON, 2002, p. 61.

O início da década de 1930 foi um período desfavorável a Pedro Calmon nos planos pessoal e político.⁶ Seu romance pode ter sido elaborado com o intuito ratificar discursos preconceituosos em relação aos descendentes dos revoltosos, bem como rememorar momentos de glórias da elite baiana, apresentando-a numa situação em que fora ameaçada e vencera; elite esta capaz de perdoar uma traição e agir com rigor em favor do estabelecimento da ordem social; sem dúvida, um momento que deveria ser exaltado no presente incerto para fortalecer a luta de então.

Ana Maria Gonçalves, por outro lado, escreve uma narrativa influenciada pela emergência dos debates acerca da valorização das trajetórias de luta do povo negro no Brasil e sua integração social por meio de ações afirmativas e políticas reparatórias, o que a leva a tornar audível a voz do africano escravizado, muitas vezes (oficialmente) considerado vencido e silenciado pela historiografia.

Vê-se desse modo, que embora divergentes quanto às representações elaboradas, os dois romances assumem uma postura marcadamente politizada, ratificando a premissa de que não há discurso “inocente” e toda narrativa, seja ela literária ou historiográfica traduz, nas entrelinhas, as aspirações e valores de determinados grupos sociais.

Referências

ARAÚJO, Mariele S. *Luiza Mahim – Uma “princesa” negra na Bahia dos anos 30: Discursos de cultura e raça no romance histórico de Pedro Calmon, Malês – A insurreição das Senzalas (1933)*. 2003. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em História Social e Educação) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2003.

_____. *A medida das raças na mistura imperfeita: discursos racialistas em Pedro Calmon – 1922/33*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.

AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1999.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão Biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. *Usos & abusos da história oral*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 183-191.

⁶ Sobre o contexto político dos anos 30 e as relações entre projeto político e construção do conhecimento histórico na Bahia de 1930 a 1949, ver SILVA, 2000. Sobre as desventuras de Calmon no período, ver ARAÚJO, 2003.

CALMON, Pedro. *Malês, a insurreição das senzalas*. 2. ed. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2002.

_____. *Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

_____. *História Social do Brasil: espírito da sociedade imperial*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. v. 2.

CÂNDIDO, Antônio. *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

CARRIÈRE, Jean-Claude. Juventude dos mitos. In: BRICOUT, Bernadette (Org.). *O olhar de Orfeu: os mitos literários do ocidente*. Tradução de Leila Oliveira Benolt. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, v. 5, n.11, p. 173-191, 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100010&script=sci_arttext>. Acesso em: 05 maio 2008.

DAVIES, Nicholas. As camadas populares nos livros didáticos de História do Brasil. In: PINSK, Jaime (Org.). *O ensino de História e a criação do fato*. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2004. (Coleção Repensando o Ensino).

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. Tradução de Pola Civelli. São Paulo: Perspectiva, 2007.

GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

HOISEL, Evelina. *Grande sertão: veredas – uma escritura biográfica*. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, Academia de Letras da Bahia, 2006.

MENUCCI, S. *O precursor do abolicionismo no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.

MOISÉS, Massaud. *A Análise Literária*. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1984.

MORAES, Marcos Antônio (Org.). *Antologia da carta no Brasil: me escreva tão logo possa*. São Paulo: Moderna, 2005. p. 67-75.

OLIVEIRA, Sílvio Roberto dos Santos. *Gamacopéia: ficções sobre o poeta Luiz Gama*. 2004. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagens) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Leituras cruzadas: diálogos da História com a Literatura*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

_____. *História & História Cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (Coleção História &... Reflexões, 5).

ROSENFELD, Anatol. Literatura e personagem. In: CÂNDIDO, Antônio et al. *A Personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 1981. p. 09-49.

SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBa, 2000.

WATT, Ian. *A Ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Mitos do individualismo moderno: Fausto, Dom Quixote, Dom Juan, Robinson Crusoe*. Tradução de Mario Pontes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

Zilberman, Regina. O Romance histórico – teoria e prática. In: BORDINI, Maria da Glória (Org.). *Lukács e a Literatura*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.